

Prova Funpresp-Jud 2016

SUMÁRIO

1. PROVA RESOLVIDA DA FUNPRESP-JUD 2016 – CARGO 8 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2
2. GABARITO	25

Prezado aluno, seja bem-vindo!!!

Segue a resolução da prova de Legislação da Previdência Complementar da Funpresp-Jud 2016. Seguem também alguns possíveis recursos que poderão ser interpostos.

Por fim, fique atento para não copiar integralmente o recurso, pois recursos iguais são desconsiderados. Apenas utilize o fundamento e escreva seu próprio texto, beleza?

Se você realmente gostou de nosso curso, se tem alguma crítica ou sugestão de aperfeiçoamento do curso, **escreva para o Estratégia**. Nós professores ficamos ansiosos para saber se conseguimos atingir o padrão de qualidade desejado pelo aluno e se na sua opinião temos algo a melhorar.

Somos parceiros nesse projeto que visa sua aprovação e **só com a opinião do aluno poderei melhorar como professor**. Por isso, peço sua especial gentileza em conversar conosco manifestando sua opinião.

Segue o link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/contato/>

Forte abraço!!!

Prof. Amable Zaragoza

1. PROVA RESOLVIDA DA FUNPRESP-JUD 2016 – CARGO 8 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

98. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito do regime geral de previdência social (RGPS), do regime próprio de previdência social (RPPS) e do regime de previdência complementar, julgue os itens a seguir.

O RPPS não se aplica a servidores públicos ativos que ingressaram no serviço público após vigência da lei que criou o regime de previdência complementar para esta categoria.

Resolução:

O RPPS continua existente, limitando o benefício aos novos servidores ao equivalente ao teto do INSS.

Gabarito: Errado

99. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito do regime geral de previdência social (RGPS), do regime próprio de previdência social (RPPS) e do regime de previdência complementar, julgue os itens a seguir.

Os servidores que ocupam cargos efetivos na União, nos estados, no Distrito Federal ou nos municípios, suas autarquias e fundações são obrigados a aderir ao regime de previdência complementar.

Resolução:

O RPC é facultativo.

Gabarito: Errado

100. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito do regime geral de previdência social (RGPS), do regime próprio de previdência social (RPPS) e do regime de previdência complementar, julgue os itens a seguir.

Servidor público que ocupa cargo comissionado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) será regido pelo RGPS caso não possua vínculo efetivo com o órgão.

Resolução:

Os servidores públicos que ocupam exclusivamente cargo em comissão são regidos pelo RGPS.

Gabarito: Certo

101. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

Acerca do regramento constitucional da previdência complementar no Brasil, julgue os próximos itens.

Os estados da Federação, suas autarquias e fundações poderão atuar como patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar.

Resolução:

A Constituição Federal autoriza os entes federados a patrocinarem planos de benefícios de EFPC. Vejamos:

CF/88:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

Gabarito: Certo

102. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

Acerca do regramento constitucional da previdência complementar no Brasil, julgue os próximos itens.

A associação dos servidores da União poderá instituir regime de previdência complementar, de caráter fechado e de natureza privada, a ser criado mediante aprovação em assembleia da categoria convocada para esse fim.

Resolução:

Difícil de entender o que o examinador queria questionar...bom...mas na CF não temos nenhuma referência a planos instituídos, que poderiam ser criados por associações (inclusive de servidores). Portanto, como a assertiva é baseada na CF/88, ela está errada.

Gabarito: Errado

103. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC), julgue os itens subsequentes.

Se uma entidade de previdência complementar vinculada à União passar a operar com elevado déficit e tornar-se incapaz de saldar as obrigações junto a seus beneficiários, a União será responsável pelo aporte de recursos para subsidiar o adimplemento dessas obrigações.

Resolução:

A assertiva está incorreta. Se o plano de benefícios entrar em déficit, deve-se observar as regras previstas na LC nº 109/01:

LC nº 109/01:

Art. 21. O resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar.

Assim, o equacionamento deverá ocorrer por esforço coletivo do patrocinador (União), participantes (servidores) e assistidos (aposentados e pensionistas), na proporção de suas contribuições.

Gabarito: Errado

104. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC), julgue os itens subsequentes.

Compete à CRPC apreciar e julgar recursos interpostos contra decisões da diretoria colegiada da PREVIC a respeito de impugnações relativas a lançamentos tributários da taxa de fiscalização e controle da previdência complementar (TAFIC).

Resolução:

A assertiva está correta, vejamos as disposições acerca da CRPC na lei nº 12.154/09:

Lei nº 12.154/09:

Art. 15. Fica criada, no âmbito do Ministério da Previdência Social, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar, instância recursal e de julgamento das decisões de que tratam os incisos III e IV do art. 7º, cujo pronunciamento encerra a instância administrativa, devendo ser tal decisão e votos publicados no Diário Oficial da União, com segredo da identidade dos autuados ou investigados, quando necessário.

Art. 7º Sem prejuízo de outras atribuições previstas em regimento interno, compete à Diretoria Colegiada da Previc:

III - decidir sobre a conclusão dos relatórios finais dos processos administrativos, iniciados por lavratura de auto de infração ou instauração de inquérito, com a finalidade de apurar responsabilidade de pessoa física ou jurídica, e sobre a aplicação das penalidades cabíveis;

IV - apreciar e julgar, em primeiro grau, as impugnações referentes aos lançamentos tributários da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC, a que se refere o art. 12;

Gabarito: Certo

105. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC), julgue os itens subsequentes.

Compete ao CNPC autorizar a constituição bem como as operações de fusão, de cisão, de incorporação ou, ainda, quaisquer outras formas de reorganização societária de entidades fechadas de previdência complementar.

Resolução:

Trata-se das competências da Previc.

Lei nº 12.154/09:

Art. 2º Compete à Previc:

IV - autorizar:

a) a constituição e o funcionamento das entidades fechadas de previdência complementar, bem como a aplicação dos respectivos estatutos e regulamentos de planos de benefícios;

b) as operações de fusão, de cisão, de incorporação ou de qualquer outra forma de reorganização societária, relativas às entidades fechadas de previdência complementar;

Gabarito: Errado

106. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito do regime de previdência complementar, julgue os itens subsecutivos.

As entidades de previdência complementar poderão contratar operações de resseguro por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador e fiscalizador.

Resolução:

LC nº 109/01:

Art. 11. Para assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, as entidades de previdência complementar poderão contratar operações de resseguro, por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador e fiscalizador, observados o regulamento do respectivo plano e demais disposições legais e regulamentares.

Gabarito: Certo

107. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito do regime de previdência complementar, julgue os itens subsecutivos.

A natureza jurídica das entidades de previdência complementar impossibilita que, nessas entidades, o Estado intervenha no processo de formulação de políticas de controle e de padrões mínimos de segurança econômico-financeira e atuarial.

Resolução:

A natureza jurídica das EFPC não impede a atuação do Estado. A própria Lei Complementar n 109 já contempla qual será o seu papel. Vejamos:

LC nº 109/01:

Art. 3º A ação do Estado será exercida com o objetivo de:

I - formular a política de previdência complementar;

III - determinar padrões mínimos de segurança econômico-financeira e atuarial, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, isoladamente, e de cada entidade de previdência complementar, no conjunto de suas atividades;

Gabarito: Errado

108. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito da relação entre entes públicos e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, julgue os itens a seguir.

Compete ao conselho deliberativo de entidade fechada de previdência complementar definir a política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios bem como promover a gestão de investimentos e o plano de aplicação de seus recursos.

Resolução:

LC nº 108/01:

Art. 10. O conselho deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.

Art. 13. Ao conselho deliberativo compete a definição das seguintes matérias:

I – política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios;

III – gestão de investimentos e plano de aplicação de recursos;

Gabarito: Certo

109. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito da relação entre entes públicos e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, julgue os itens a seguir.

O valor da contribuição do órgão patrocinador para o custeio dos planos de benefícios de previdência complementar dos entes públicos deve ser o dobro do valor da contribuição do servidor participante.

Resolução:

A assertiva está errada, pois devemos lembrar do princípio da paridade contributiva, que impede que a contribuição do patrocinador seja superior que a do participante nos planos de benefícios que possuem patrocínio de ente público.

LC nº 108/01:

Art. 6º O custeio dos planos de benefícios será responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive assistidos.

§ 1º A contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no art. 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador.

Gabarito: Errado

110. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

Com base na Lei n.º 12.618/2012, que autoriza a criação da Fundação de Previdência Complementar do servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD), julgue os itens que se seguem.

É assegurado a servidor titular de cargo efetivo do TJDF que tenha ingressado no serviço público antes da publicação da lei que instituiu o regime de previdência complementar o direito de aderir ao regime complementar do órgão público a que está vinculado.

Resolução:

A Lei nº 12.618/12 autoriza os antigos servidores a aderirem ao RPC, de forma facultativa. Vejamos:

Lei nº 12.618/12:

Art. 1º É instituído, nos termos desta Lei, o regime de previdência complementar a que se referem os §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União.

§ 1º Os servidores e os membros referidos no caput deste artigo que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do regime de previdência complementar poderão, mediante prévia e expressa opção, aderir ao regime de que trata este artigo, observado o disposto no art. 3º desta Lei.

Gabarito: Certo

111. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

Com base na Lei n.º 12.618/2012, que autoriza a criação da Fundação de Previdência Complementar do servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD), julgue os itens que se seguem.

O regime jurídico dos servidores da União aplica-se ao pessoal contratado por entidades fechadas de previdência complementar que tenham sido criadas pela União para administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário.

Resolução:

A Lei nº 12.618/12 estabelece que os empregados das Funpresp serão regidos pelas leis trabalhistas (CLT), não se aplicando o estatuto dos servidores neste caso. Vejamos:

Lei nº 12.618/12:

Art. 7º O regime jurídico de pessoal das entidades fechadas de previdência complementar referidas no art. 4º desta Lei será o previsto na legislação trabalhista.

Gabarito: Errado

112. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

Com referência a receitas e contribuições da FUNPRESP-JUD, julgue os itens seguintes.

Dado o seu caráter obrigatório, as contribuições dos servidores do Poder Judiciário da União à FUNPRESP-JUD devem ser descontadas

compulsoriamente pelo órgão patrocinador e transferidas à entidade em questão.

Resolução:

A Funpresp-Jud, assim como todas as EFPC, possui plano de benefícios de participação facultativa.

Gabarito: Errado

113. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

Com referência a receitas e contribuições da FUNPRESP-JUD, julgue os itens seguintes.

As receitas da FUNPRESP-JUD são constituídas pelos recursos oriundos das contribuições dos servidores participantes desse regime previdenciário e pelos recursos provenientes da arrecadação das custas processuais recolhidas pelo Poder Judiciário.

Resolução:

A questão está errada, dado que incluiu indevidamente como receita da Funpresp-Jud os recursos provenientes da arrecadação das custas processuais recolhidas pelo Poder Judiciário.

Vejamos o disposto na legislação:

Resolução STF nº 496/12:

Art. 7º A Funpresp-Jud será mantida integralmente por suas receitas, oriundas das contribuições de patrocinadores, participantes e assistidos, dos resultados financeiros de suas aplicações e de doações e legados de qualquer natureza.

Gabarito: Errado

114. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

De acordo com o Estatuto Social da FUNPRESP-JUD, julgue os seguintes itens.

O Conselho Deliberativo da FUNPRESP-JUD terá composição paritária, formada por representantes dos patrocinadores e representantes dos servidores públicos federais, e será presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal.

Resolução:

O Conselho Deliberativo da Funpresp-Jud tem composição paritária. Até aqui está correto.

Porém a assertiva torna-se incorreta ao afirmar que o Presidente do CD é o Presidente do STF. Note que o Estatuto afirma que o Presidente do CD é um de seus membros, representante dos patrocinadores, indicado pelo Presidente do STF.

Vejamos o Estatuto Social da Funpresp-Jud:

Art. 32 O Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da Funpresp-Jud e dos seus planos de benefícios e sua ação será exercida por

meio do estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, funcionamento, administração e operação.

Art. 33. O Conselho Deliberativo será composto por seis integrantes, sendo três representantes dos patrocinadores e três representantes dos participantes e assistidos.

§ 1º O Presidente do Conselho Deliberativo será designado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal entre os representantes dos patrocinadores, cabendo-lhe, além do voto ordinário, obrigatoriamente o voto de qualidade em caso de empate.

Gabarito: Errado

115. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

De acordo com o Estatuto Social da FUNPRESP-JUD, julgue os seguintes itens.

A FUNPRESP-JUD, entidade cujo ingresso permanente de pessoal se dá mediante concurso público, tem personalidade de direito privado e autonomia administrativa, financeira e gerencial.

Resolução:

Vamos direto ao Estatuto Social da Funpresp-Jud

Art. 1º A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - Funpresp-Jud, entidade fechada de previdência complementar, estruturada na forma de fundação, de natureza pública, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa, financeira e gerencial, tem por finalidade administrar e

executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na modalidade de contribuição definida.

Art. 6º Além da sujeição às normas de direito público que decorram de sua instituição pela União como fundação de direito privado, integrante da sua administração indireta, a natureza pública da Funpresp-Jud consiste na:

II - realização de concurso público para a contratação de pessoal, no caso de empregos permanentes; e

Gabarito: Certo

116. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

Após fiscalização realizada pelos seus agentes, a Secretaria de Previdência Complementar lavrou auto de infração destinado a apurar suposta infração à legislação praticada por pessoa física no âmbito do regime da previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Nessa situação hipotética,

Caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar contra a decisão do julgamento do auto de infração.

Resolução:

Ponto importante: o enunciado já demonstra que o examinador não conhece de previdência complementar fechada, dado que a Secretaria de Previdência Complementar foi extinta em 2009, mas ele ainda não descobriu isso. Novamente o CESPE fez besteira, foi assim no concurso da

Funpresp-Exe e agora na Funpresp-Jud. Logo, já vimos que pelo enunciado ele está apenas copiando e colando as normas desatualizadas.

Considerando que o examinador está apenas copiando e colando da norma, vejamos:

Decreto nº 4.942/03:

Art. 13. Da decisão do Secretário de Previdência Complementar caberá recurso ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar, com efeito suspensivo, no prazo de quinze dias, contado do recebimento da decisão-notificação.

Gabarito:

Para o Cespe	Certo
Para o Professor	Anulação
Recurso	Solicito a anulação da questão por ser impossível definir qual seria o critério a ser adotado para fins de oferecimento de resposta ao item, dado que o art. 13 do Decreto nº 4.942/03 foi revogado pela Lei nº 12.154/09, não mais existindo a Secretaria de Previdência Complementar desde aquele ano. Dispôs a referida Lei em seu art. 15 que: <i>"fica criada, no âmbito do Ministério da Previdência Social, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar, instância recursal e de julgamento das decisões de que tratam os incisos III e IV do art. 7º, cujo pronunciamento encerra a instância administrativa, devendo ser tal decisão e votos publicados no Diário Oficial da União, com</i>

	<i>segredo da identidade dos autuados ou investigados, quando necessário.”</i> Portanto, na data de publicação do edital regulador do certame da Funpresp-Jud, o dispositivo que poderia ser utilizado como fundamento para considerar o item Certo não está em vigor desde 23 de dezembro de 2009, data em que foi publicada no Diário Oficial da União a referida Lei nº 12.154. Logo, o item possibilita duas respostas diametralmente opostas: Certo, considerando-se o texto puro da norma e, simultaneamente, Errado, pois a Lei nº 12.154 (também objeto de avaliação neste certame, com expressa disposição no Edital), torna incorreta a afirmação da assertiva. Portanto, sendo impossível a resposta objetiva do candidato, bem como a utilização de dispositivo normativo como fundamento que é inaplicável desde o ano de 2009, em obediência aos itens 13.31 e 13.32 do edital regulador do certame, pede-se a anulação da questão.
--	--

117. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

Após fiscalização realizada pelos seus agentes, a Secretaria de Previdência Complementar lavrou auto de infração destinado a apurar suposta infração à legislação praticada por pessoa física no âmbito do regime da previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Nessa situação hipotética,

Compete ao secretário de previdência complementar julgar o referido auto de infração.

Resolução:

Decreto nº 4.942/03:

Art. 11. Compete ao Secretário de Previdência Complementar julgar o auto de infração.

Gabarito:

Para o Cespe	Certo
Para o Professor	Anulação
Recurso	Solicito a anulação da questão por ser impossível definir qual seria o critério a ser adotado para fins de oferecimento de resposta ao item, dado que o art. 11 do Decreto nº 4.942/03 foi revogado pela Lei nº 12.154/09, não mais existindo o cargo de Secretário de Previdência Complementar desde aquele ano. Dispôs a referida Lei em seu art. 2º que: <i>"compete à Previc apurar e julgar infrações e aplicar as penalidades cabíveis."</i> Além disso, o art. 7º da Lei 12.154/09 elenca como competência da Diretoria Colegiada da Previc o seguinte: <i>"decidir sobre a conclusão dos relatórios finais dos processos administrativos, iniciados por lavratura de auto de infração ou instauração de inquérito, com a finalidade de apurar responsabilidade de pessoa física"</i>

	<i>ou jurídica, e sobre a aplicação das penalidades cabíveis.” Não resta dúvida, pelo exposto, que é incorreto afirmar que compete ao secretário de previdência complementar julgar o referido auto de infração.</i> Portanto, na data de publicação do edital regulador do certame da Funpresp-Jud, o dispositivo que poderia ser utilizado como fundamento para considerar o item Certo não está em vigor desde 23 de dezembro de 2009, data em que foi publicada no Diário Oficial da União a referida Lei nº 12.154. Logo, o item possibilita duas respostas diametralmente opostas: Certo, considerando-se o texto puro da norma e, simultaneamente, Errado, pois a Lei nº 12.154 (também objeto de avaliação neste certame, com expressa disposição no Edital), torna incorreta a afirmação da assertiva. Portanto, sendo impossível a resposta objetiva do candidato, bem como a utilização de dispositivo normativo como fundamento que é inaplicável desde o ano de 2009, em obediência aos itens 13.31 e 13.32 do edital regulador do certame, pede-se a anulação da questão.
--	--

118. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito da PREVIC, julgue os próximos itens.

De acordo com o Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC, considera-se progressão funcional a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior dentro de uma mesma classe.

Resolução:

A assertiva copiou parte do art. 20, §1º da Lei nº 12.154/09. Vejamos:

Lei nº 12.154/09:

Art. 20. O desenvolvimento do servidor nos cargos de provimento efetivo do PCCPREVIC ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para os fins desta Lei, progressão funcional é a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior, dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior, observando-se os seguintes requisitos:

Gabarito: Certo

119. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito da PREVIC, julgue os próximos itens.

Os cargos do quadro de pessoal da PREVIC são de provimento efetivo, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Resolução:

Os cargos do quadro de pessoal da Previc são de provimento efetivo, regido pelo Estatuto dos Servidores.

Lei nº 12.154/09:

Art. 17. Fica criado o Plano de Carreiras e Cargos da Previc no seu Quadro de Pessoal, composto por cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Gabarito: Errado

120. 2016 CESPE FUNPRESP-JUD – Assistente Administrativo

A respeito da PREVIC, julgue os próximos itens.

É vedado aos ocupantes do quadro de pessoal efetivo da PREVIC prestar serviços, ainda que eventuais, a entidades fechadas de previdência complementar, exceto em caso de designação específica para exercício de atividade de competência da PREVIC.

Resolução:

Mais uma assertiva no estilo copia e cola:

Lei nº 12.154/09:

Art. 48. Além dos princípios, deveres e vedações previstos na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aplicam-se aos servidores em exercício na Previc:

II - a vedação de:

a) prestar serviços, ainda que eventuais, a entidade fechada de previdência complementar, exceto em caso de designação específica para exercício de atividade de competência da Previc;

Gabarito: Certo

2. GABARITO



98	E	110	C
99	E	111	E
100	C	112	E
101	C	113	E
102	E	114	E
103	E	115	C
104	C	116	C
105	E	117	C
106	C	118	C
107	E	119	E
108	C	120	C
109	E		